



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



PARECER CONJUNTO Nº 02 / 2025 – CCJCR/CGSP/CPGACT

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA CCJCR – Vereadores: Elisvan Alves Rodrigues, UNIÃO – **Presidente**; José Alonso Filho Moura da Silva, PSDB – **Relator**; Joselino Henrique de Sousa, PSD – **Secretário**; Agnaldo Araújo Albuquerque, PL – **Membro**.

GESTÃO PÚBLICA CGSP - Vereadores: Vereadores: Jari Ednei Teixeira, PDT – **Presidente**; Joselino Henrique de Sousa, PSD – **Relator**; Daniel Moreira Rodrigues, PSDB – **Secretário**; Agnaldo Araújo Albuquerque, PL – **Membro**.

GESTÃO AMBIENTAL CPGACT - Vereadores: Elisvan Alves Rodrigues, UNIÃO – **Presidente**; Jari Ednei Teixeira, PDT – **Relator**; José Alonso Filho Moura da Silva, PSDB – **Secretário**; Anthony Sergio Piovezan, PSD – **Membro**.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 05/2025 – DISPÕE SOBRE ACRÉSCIMO DE INCISO I NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 21, DA LEI MUNICIPAL Nº 017 DE 23 DE JUNHO DE 1989 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Autoria** Vereador Elisvan Alves – UNIÃO.

DATA: 16 de junho do ano de 2025.

HISTÓRICO



O projeto de Lei Ordinária acima qualificado, vem acompanhado de sua mensagem, e é de iniciativa Legislativa, protocolado na Secretaria Legislativa para tramitação em 4 de junho de 2025 (OFÍCIO Nº 10/2025-GAB/VER/LICA).

Teve sua tramitação iniciada em conformidade Regimental com a 16ª Sessão Ordinária realizada no dia nove do mês de junho do corrente ano.

Proposta de norma jurídica apresentada em plenário, na oportunidade solicitada e aprovada a dispensa dos prazos regimentais de apresentação de emendas individuais, matéria encaminhada direto para as comissões para análise e apresentação de parecer (art. 77 e §§; art. 143, §2º, inciso III).

As Comissões de Constituição CCJCR, de Gestão Pública CGSO e de Gestão ambiental CPGACT reuniram-se em dezesseis do mês de junho do corrente ano, às 12h10min, na sala das comissões permanentes para deliberação em conjunto da proposição em tela.



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



DA FUNDAMENTAÇÃO

O parlamentar autor da propositura submete-se para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei que acrescenta inciso a parágrafo, no Art. 21, da Lei Municipal nº 017 de 23 de junho de 1989 (Código de Posturas do Município), uma vez que a redação anterior da Lei supramencionada apresentava uma lacuna acerca dos eventos, shows e apresentações artísticas privadas na circunscrição municipal.

Assim, a presente deliberação possui o objetivo de dar maior segurança jurídica aos prestadores de serviços deste âmbito e, além disso, assegurar o direito ao lazer do povo de Medicilândia.

Diante do exposto, ressaltando as razões que sustentam a presente medida e demonstram o relevante interesse público revestido, submetemos o presente Projeto Lei às Vossas Excelências, a fim de colocá-lo em tramitação, apreciação e votação, tendo em vista a importância da matéria.

É a Justificativa do Edil autor da proposição.

CONCLUSÃO E VOTO DAS RELATORIAS

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,



Trata os autos do PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 05/2025 – DISPÕE SOBRE ACRÉSCIMO DE INCISO I NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 21, DA LEI MUNICIPAL Nº 017 DE 23 DE JUNHO DE 1989 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Autoria** Vereador Elisvan Alves – UNIÃO.

Vamos a análise conjugada da matéria.

Relatoria CCJCR

1. CONSTITUCIONALIDADE:

O Projeto de Lei nº 05/2025 visa alterar e acrescentar dispositivos ao Código de Posturas do Município (Lei nº 017/1989), estabelecendo normas relativas à proteção do meio ambiente e da saúde pública, uma vez que fixa condições e horários para funcionamento de estabelecimentos comerciais e similares. A proposta é constitucional sob os seguintes fundamentos:



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



- **Competência Legislativa Municipal:** Conforme a **Constituição Federal (art. 30, I e II)** e a **Lei Orgânica de Medicilândia (art. 16, art. 14, I e XXIII)**, compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, **comerciais e similares**, observadas as normas federais e estaduais pertinentes.
- **Princípio da Separação dos Poderes:** O projeto não invade competência do Executivo, respeitando o **princípio da independência entre os poderes** e o devido processo legislativo previsto na Lei Orgânica (art. 49).

2. JURIDICIDADE:

A juridicidade do projeto decorre da compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente e do atendimento aos princípios gerais do direito administrativo, urbanístico e ambiental:

3. BOA TÉCNICA LEGISLATIVA:

A proposição demonstra boa técnica legislativa ao seguir os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 95/1998 (normas sobre elaboração, redação e alteração de leis) e está compatível com os dispositivos regimentais da Câmara Municipal.

Relatoria CGSP

Sob a ótica da **gestão pública**, o projeto atende aos princípios da **eficiência, economicidade e planejamento**, ao promover uma melhor regulação do uso dos espaços privados. A modernização do Código de Posturas proporciona ao Poder Executivo instrumentos legais atualizados para fiscalizar e ordenar a ocupação urbana, evitando conflitos, promovendo o bem-estar da coletividade e diminuindo a judicialização de questões administrativas.

Impactos Positivos aos Serviços Municipais

A proposta atinge positivamente diversos serviços públicos, entre eles a **atividade econômica** – ao estabelecer regras claras para o funcionamento de estabelecimentos, favorecendo o empreendedorismo e a arrecadação.

Relatoria CPGACT

O Projeto em tela também apresenta elementos essenciais sob o ponto de vista da preservação ambiental, da qualidade de vida e do respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, dentre elas a **Poluição Sonora** e preservação ao **Direito ao Sossego**.





Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



A **poluição sonora** é uma forma reconhecida de degradação ambiental pela legislação brasileira, conforme o disposto na **Lei nº 6.938/1981**, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

A proposta legislativa, ao regulamentar e estabelecer parâmetros para o controle de ruídos, se alinha ao artigo 225 da **Constituição Federal**, que assegura o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo.

O **direito ao sossego** é corolário da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88) e encontra respaldo na jurisprudência pátria como direito subjetivo oponível a terceiros. O PL 05/2025, ao disciplinar sobre limites de emissão sonora em determinadas zonas da cidade, especialmente em horários noturnos, garante que os cidadãos possam exercer seu direito ao descanso, convívio familiar e vida privada sem interferências abusivas.

Diante dos autos expostos, estas relatorias emitem parecer favorável a **admissibilidade e aprovação** do projeto de lei ordinária nº 05/2025. Que seja levado ao crivo do Douto Plenário para discussão e votação. "Ad referendum" do Plenário.

É o relatório conjunto.

Sala das Comissões da CMM, em 16 de junho de 2025.

Pelas Conclusões:

José Alonso Filho Moura da Silva
Relator CCJCR

Pelas Conclusões:

Joselino Henrique de Sousa
Relator CGSP/CMM

Pelas Conclusões:

Jari Ednei Teixeira
Relator CPGACT/CMM





Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



DELIBERAÇÃO DO PARECER CONJUNTO Nº 02/2025 – CCJCR/CGSP/CPGACT


No dia dezois do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no cumprimento da convocação conjunta em plenário pelos presidentes das mesmas nos termos regimentais, reuniram-se, na sala das comissões, as doze hora e dez minutos (12h10min), a Comissão de Constituição e Justiça CCJCR; Comissão de Gestão Pública CGSP; e Comissão de Gestão Ambiental CPGACT. Tendo como pauta deliberativa, a matéria: **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 05/2025**, o qual DISPÕE SOBRE ACRÉSCIMO DE INCISO I NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 21, DA LEI MUNICIPAL Nº 017 DE 23 DE JUNHO DE 1989 (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Autoria** Vereador Elisvan Alves – UNIÃO. Nos termos regimentais, o Senhor Presidente da Comissão de Justiça CCJCR vereador Elisvan Alves/UNIÃO, observado a existência de quórum, em nome de Deus declarou aberta a reunião. Logo em seguida, foi a matéria apresentada e avaliada conjuntamente na forma regimental e, havendo consentimento dos pares, foi o Projeto de Lei encaminhado para parecer conjunto conclusivo das relatorias competentes. Logo após, foi apresentado às comissões o **PARECER CONJUNTO Nº 02/2025-CCJCR/CGSP/CPGACT**, o qual versa pela **admissibilidade e aprovação** do Projeto de Lei nº 05/2025, que seja levado ao crivo do Doutor Plenário para discussão e votação. O Senhor Presidente, após registrada leitura do parecer correspondente e os pares estando de acordo, foi colocado em discussão e votação, sendo o parecer aprovado pelas comissões presentes, passando a representar a decisão conjunta das mesmas ao teor da proposição. E, para que conste os autos foi determinado a lavratura da presente deliberação.


Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 16 de junho do ano de 2025.

Pelas conclusões CCJCR:

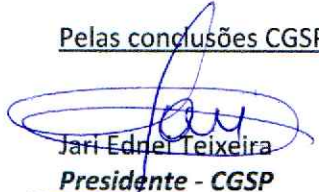

Elisvan A. Rodrigues
Presidente - CCJCR



José Alonso F. Moura
Relator - CCJCR



Joselino H. de Sousa
Secretário - CCJCR



Agnaldo A. Albuquerque
Membro - CCJCR

Pelas conclusões CGSP:



Jari Ednei Teixeira
Presidente - CGSP



Joselino H. de Sousa
Relator - CGSP



Daniel M. Rodrigues
Secretário - CGSP

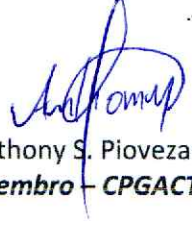

Agnaldo A. Albuquerque
Membro - CGSP

Pelas conclusões CPGACT:


Elisvan A. Rodrigues
Presidente - CPGACT


Jari Ednei Teixeira
Relator - CPGACT


José Alonso F. Moura
Secretário - CPGACT


Anthony S. Piovezan
Membro - CPGACT